

ANC p. 11

24 AGO 1988  
O medo do voto de oposição

JORNAL DO BRASIL

Ricardo Noblat

**R**ecomenda-se cautela aos adversários da eleição em dois turnos para as prefeituras de cidades com mais de 200 mil habitantes. Ainda é muito cedo para que comecem a derrubada do dispositivo introduzido no projeto de Constituição pelo deputado Bernardo Cabral. Não houve acordo, de fato, para revogá-lo. O PMDB, tão somente, concordou em votar uma emenda que o suprime para as próximas eleições.



A liderança do partido na Constituinte, através do deputado Nelson Jobim, votará a favor da permanência do dispositivo — contra, portanto, a emenda que o PFL quer apresentar mas que o PSDB não quer deixar. O PMDB deixará a questão à consciência de cada um. Mas é só. Os adversários dos dois turnos amparam seu otimismo na lembrança de que o dispositivo foi mantido no projeto pro 280 votos — o mínimo necessário para que pudesse ser considerado aprovado.

De resto, por míseros seis votos que faltaram, deixou de ser aprovada uma emenda do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que garantia a realização de um único turno para a eleição de prefeitos. O PT, que votou, na época, pelo segundo turno, votará, agora, para exorcizá-lo. Vários governadores do PMDB mudaram de posição e orientarão suas bancadas par votar pela eliminação do segundo turno.

A sorte do dispositivo estará pendurada, na verdade, no quorum da sessão que apreciará o assunto. Se o quorum for menor que 470, 480 constituintes de um total de 559, dificilmente qualquer emenda supressiva atrairá os 280 votos indispensáveis para que seja considerada aprovada. Tudo conspira contra a obtenção de um quorum tão alto — o cansaço de muitos constituintes e, especialmente, a proximidade das eleições.

É duvidoso que a futura Constituição esteja promulgada até o final de setembro, como pretende deputado Ulysses Guimarães. De toda forma, foi por artes do casuísmo eleitoral que o segundo turno para a escolha de prefeitos acabou enxertado no projeto de Constituição — e será por artes do mesmo casuísmo que ele poderá ser abandonado. O PMDB imaginou que o dispositivo serviria para favorecê-lo.

Dono de 21 dos 23 governos estaduais e da esmagadora maioria das prefeituras das capitais e das grandes cidades, o partido desporia de fartos recursos administrativos para que

seus candidatos chegassem ao segundo turno — e ali, no confronto com um único adversário, o derrotassem com mais facilidade. As esquerdas de todos os matizes seriam obriagadas a apoiar o candidato do PMDB contra qualquer odo com mais à direita.

Foi aleatória a adoção do teto de 200 mil eleitores para as cidades sujeitas à realização do segundo turno. Por que 200 mil? Por que não 180 mil, 250 mil, 300 mil eleitores? O segundo turno começou a ser ameaçado quando as forças políticas que o apoiaram descobriram ter feito um mal negócio — ou um negócio de efeito, no mínimo, duvidoso. Podem perder mais do que ganhar com sua própria invenção, que o PSDB quer manter.

Com a definição das candidaturas a prefeito em todos os Estados, o PT; por exemplo, constatou que só tem chance de ganhar em alguma capital se o segundo turno for abolido. É o caso de Aracaju, onde o PT dispõe de um forte candidato. Se ele conseguisse chegar ao segundo turno, certamente seria esmagado pela poderosa aliança dos demais partidos. Em Belo Horizonte, o PT só poderá sonhar com uma vitória em eleição de um só turno.

O próprio governador Moreira Franco admite que, em um único turno, o PDT fará o prefeito do Rio de Janeiro — por isso ele quer ver mantido o segundo turno, por isso o ex-governador Leonel Brizola sempre quis um turno só. Nas contas do PDT, seu único candidato, eleitoralmente, viável que sairá prejudicado com a extinção do segundo turno é o professor João Coelho, aspirante à prefeitura do Recife.

Os demais lucrarão com a eleição de um só turno. O PDT espera eleger prefeitos em São Luís, Fortaleza, Natal, Rio de Janeiro, Porto Alegre e, talvez, Florianópolis. O segundo turno seria mortal para um PFL em extinção e que, por isso, quer derrotá-lo. Assim, talvez eleja os prefeitos do Recife e de Salvador. No PMDB, as vantagens do segundo turno variam de Estado para Estado, o que explica a divisão do partido.

O PMDB do governador Orestes Quécia insiste com o segundo turno porque teme que o ex-deputado Paulo Maluf ganhe a eleição de um turno só. O PMDB do governador Newton Cardoso é contra o segundo turno porque teme ser derrotado pelo PSDB do deputado Pimenta da Veiga. O PT, ali em ascensão, poderá dividir o voto de esquerda no primeiro turno, beneficiando o fraco candidato a prefeito avaliado por Cardoso.

No fundo, o PMDB está assustado com o caráter plebiscitário que adquiriria o segundo turno — o falso maniqueísmo do contra e do a favor do governo. O PMDB é governo nos Estados e tem dificuldades para provar que não é governo em Brasília. O eleitorado, hoje é contra o governo, qualquer governo.